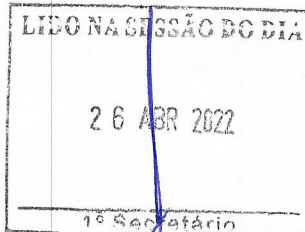




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



PROTOCOLO

REQUERIMENTO Nº 2651/22

VAI AO EXPEDIENTE
Em 26 / 04 / 2022

AUTOR: DEPUTADA CÁSSIA MULETA - PODEMOS

Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública para debate sobre a situação jurídica do Condomínio Terra Brasil, no município de Porto Velho-RO, para às 09 horas do dia 10 de maio de 2022.

A Deputada que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública para debate sobre a situação jurídica do Condomínio Terra Brasil, situado na Rua Santa Luzia, Bairro Nova Esperança, Porto Velho – RO, para às 09 horas do dia 10 de maio de 2022.

Plenário das Deliberações, 26 de abril de 2022.


CÁSSIA MULETA
Deputada Estadual-PODEMOS-RO



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO Nº

AUTOR: DEPUTADA CÁSSIA MULETA - PODEMOS

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O Condomínio em questão tem 379 casas e tinha como incorporadora a Construtora Casa Alta (hoje em processo de recuperação judicial) e como agente financiadora a Caixa Econômica Federal (CEF). Além da seguradora Berkley Seguros S/A, responsável pelo seguro habitacional do empreendimento.

A Construtora Casa Alta chegou a 97% de conclusão da obra, tendo abandonado a obra por não ver celebrado o realinhamento. Somente após quase 4 anos é que a CEF celebrou contrato para conclusão das obras remanescentes e recuperação das já realizadas. Desta vez, com outra empresa, de Manaus/AM, por nome R.D. Engenharia.

Durante deste hiato inúmeras ocorrências de furto no local, onde se verificou furto de vidros, janelas, portas, fios e afins de mais da metade das casas do condomínio. O que prejudicou ainda mais a conclusão das obras.

Há Ação Civil Pública perante a 1ª Vara da Justiça Federal, sob n. 1005838-57.2020.4.01.4100, manejada pelo MP-RO e MPF, onde figuram como requeridos: CEF – Caixa Econômica Federal / Construtora Casa Alta / Construtora R.D. Engenharia / Berkley Seguros S/A.

O pagamento das parcelas do financiamento está suspenso. Contudo, não há previsão contratual de cancelamento com ressarcimento dos valores já pagos. Neste momento, os com-

9



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO Nº

AUTOR: DEPUTADA CÁSSIA MULETA - PODEMOS

pradores estão sem o bem comprado (e já quase quitado) e, sem a possibilidade de reaver o dinheiro investido!

Diante da atual morosidade da obra e, dos fortes indícios de que não entregarão a mesma nos termos do novo contrato, vez que a data aprazada é 30 de junho de 2022, conforme vistoria recente. Urge um debate sério sobre o tema, objetivando dar luz a todos os atores envolvidos visando uma solução ao caso, ante o seu enorme impacto social, com quase 400 famílias atingidas.

Por tais razões, propomos a realização de audiência pública por esta nobre casa de leis, às 09 horas do dia 10 de maio de 2022.